

Só reformas reduzem dívidas dos estados, alerta o líder do governo

Segundo José Roberto Arruda, quanto mais rápido o Congresso votar mudanças na administração, na Previdência e nos tributos, mais rápido o Brasil voltará a crescer

Valmir rebate acusação e promete acionar revista

O senador Valmir Campelo anunciou sua intenção de entrar na Justiça contra a revista *IstoÉ* e o repórter Roberto Ferreira de Souza.

Valmir considerou mentirosa a matéria em que um empresário preso em São Paulo informa ter efetuado uma doação de R\$ 6 milhões em favor da campanha do senador como candidato a governador do Distrito Federal, nas eleições de 1994. **Página 3**

Miranda propõe comissão para a agricultura

Página 2

"Cresce a dívida mobiliária porque os governos estaduais continuam gastando mais do que arrecadam", disse ontem o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao comentar que não só ele, mas todos os brasileiros, devem estar preocupados com a dívida em títulos acumulada pelo País. "Uma coisa fundamental na administração pública, como de resto na nossa vida pessoal, é gastar menos do que se ganha", afirmou o parlamentar.

- Quanto mais rápido o Congresso puder votar as reformas fundamentais, como a administrativa, a tributária e a da Previdência, mais rápido o Brasil voltará a crescer, gerando emprego e renda. Reduz-se a dívida mobiliária fazendo as reformas de que o Brasil precisa.

Em sua opinião, é promissor o fato de que a sociedade brasileira "está muito lúcida, amadurecendo rapidamente e não aceita mais, neste final de século, que o Estado tenha ati-



José Roberto Arruda

vidades que não são de sua conta". Arruda entende que o povo brasileiro não deseja mais que o Estado execute mal tarefas que não lhe dizem respeito, como administração de hotéis e supermercados, e que execute mal atividades fundamentais, como saúde, educação, segurança pública, ciência e tecnologia.

O parlamentar também afirmou que o modelo de Estado que vigora hoje no Brasil é elefantino, pois se dispõe a fazer tudo e, por isso mesmo, acaba fazendo tudo mal-feito. "Nós queremos uma administração pública no Brasil que resolva os problemas da

sociedade e não os problemas dela mesma, que não seja autotóxica a ponto de consumir os recursos para existir, ao invés de consumir os recursos para investir na sociedade. Essa modificação é fundamental e está sendo processada no Congresso para não haver dívida pública".

Referindo-se ao projeto de lei orçamentária para 1997, enviado sexta-feira pelo Executivo ao Congresso, Arruda disse que a principal conclusão a tirar do estudo desse documento é a seguinte: "O Brasil está num rumo bem definido. Nós conseguimos a estabilidade econômica com o Plano Real, quer dizer, afastamos de vez o fantasma da inflação. Agora podemos planejar a longo prazo."

Conforme o senador, este é um orçamento coerente com o plano de metas do governo, visto que, estudando essa proposta, "fica claro que o Brasil tem rumo, tem uma idéia clara de quais são suas prioridades".

Lucena defende renúncia fiscal para microempresas

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) contestou os números que indicam uma renúncia fiscal de R\$ 4 bilhões na arrecadação da União, dos estados e dos municípios, caso sejam aprovados os projetos que instituem o Estatuto da Microempresa e um novo regime tributário para esse segmento. "Esse valor não foi comprovado", disse. Ele salientou que o Sebrae, baseando-se em dados do IBGE segundo os quais as

pequenas e microempresas são responsáveis por 7% da arrecadação nacional, afirma que a renúncia fiscal será da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

Já aprovados pelo Senado, os dois projetos encontram-se na



Humberto Lucena

Câmara dos Deputados, que, acredita o senador, também os aprovará com rapidez. A redução da arrecadação, na opinião de Lucena, não é o mais importan-

te na matéria. Ele concorda com o relator dos projetos, senador

Bello Parga (PFL-MA), para quem "qualquer perda inicial será compensada com o alargamento da base de contribuição, devido à entrada de milhares de empresas na economia formal". Este é o aspecto mais meritório dos projetos, segundo Lucena, pois, conforme acentuou, as duas matérias representam a integração da "economia subterrânea", uma faceta altamente negativa na atual estrutura empresarial e trabalhista.

Miranda propõe comissão para agricultura e reforma agrária

O presidente da CAE considera que o Senado precisa aparelhar-se melhor para tratar das duas questões de relevo hoje

Projeto de resolução apresentado pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) cria no Senado uma Comissão de Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, com 23 integrantes. Hoje, o assunto é tratado pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas Gilberto Miranda, atual presidente desta comissão, afirma que a discussão sobre agricultura e reforma agrária pode acabar sendo feita de forma superficial.

- Num momento em que as questões do campo estão cada vez mais a gerar conflitos e desencontros entre o clamor popular e a política de gover-



Gilberto Miranda

no, julgamos que o Senado deve melhor se aparelhar para opinar sobre o assunto - justifica Gilberto Miranda.

Todas as atribuições sobre agricultura, abastecimento e

reforma agrária que agora pertencem à Comissão de Assuntos Econômicos passarão para a nova comissão. Assim, ela opinará sobre direito agrário, políticas agrária e agrícola, venda e concessão de uso de terras públicas com mais de 2.500 hectares, compra de terra por estrangeiros e normas gerais sobre abastecimento, investimentos e financiamentos agropecuários.

Além de criar comissão, o projeto de resolução do Senado reduz o número de senadores da Comissão de Assuntos Econômicos e aumenta os das outras cinco comissões permanentes.

Lauro Campos desaprova rito sumário somente para as terras desocupadas

"Estão testando a paciência dos sem-terra". A afirmação foi feita pelo senador Lauro Campos (PT-DF), ao comentar o projeto aprovado pela Câmara que dispõe sobre rito sumário para desapropriações de terras destinadas à reforma agrária.

- A bancada ruralista conseguiu, junto com outros deputados reacionários, fazer com que o rito sumário, o andamento rápido da ação judicial não fosse válido para as terras já ocupadas. E é justamente ali, naquelas terras ocupadas, que há necessidade de que a justiça se pronuncie com rapidez. De modo que é mais uma pedra no caminho: quando se consegue um avanço, parece

que testam a paciência do povo, dos pobres, a paciência dos desterrados, dos expulsos da terra, dos tratorizados - assinalou.

O senador disse não ter dúvidas de que o que falta para a realização da reforma agrária é vontade política. "O País que transforma a crise em uma benesse para os banqueiros, aos quais dá 13 bilhões de reais, não pode alegar falta de recursos", salientou.

Lauro Campos afirmou que existe uma máfia que desapropria, compra terras "por um real" e as revende para fins de reforma agrária "por mil vezes mais".

- Então, os recursos que deveriam ser destinados a uma reforma agrária efetiva, a uma formação de cooperativas que pudessem utilizar tratores e instrumentos agrícolas, defensivos, adubos e fertilizantes, proporcionar uma casa para os assentados e tudo o mais, nada disso ocorre. Porque o governo alega falta de recursos. No



Lauro Campos

entanto, esses recursos estão sobrando, quando se trata de proteger os privilegiados - acentuou.

Lauro Campos lembrou que o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), tem-se empenhado em "retirar a morosidade que pesa" sobre os projetos que visam a facilitar a reforma agrária. O senador lembrou também ter apresentado, há dois meses, uma proposta para reduzir de 3 para 2 anos o prazo para caracterização das terras abandonadas.



Ronaldo Cunha Lima

Ronaldo pede financiamento do algodão na PB

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) pediu ao ministro da Agricultura, Arlindo Porto, e ao presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, providências que facilitem o acesso da Cooperativa Agrícola Mista da Paraíba, aos empréstimos necessários à comercialização da safra de algodão de 1996.

Ele disse que em virtude da "burocracia financeira das instituições de crédito" a cooperativa tenta, mas não consegue, atender aos seus associados, cerca de 20 mil produtores localizados tanto na Paraíba como nos estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco.

- É difícil compreender que, mesmo havendo disponibilidade de recursos, as exigências do Banco Central impeçam o acesso aos empréstimos do governo federal" - disse Ronaldo Cunha Lima, lembrando a importância da cotonicultura para o Nordeste.

Segundo o senador, neste ano, a cultura de algodão na Paraíba, que se encontrava quase dizimada, "ora pela falta de chuvas, ora pela falta de apoio e também pela ação das pragas", recuperou em parte sua participação na economia regional. Para ele, o incentivo que se der à cotonicultura resgatará a indústria têxtil do Nordeste, "uma natural variante industrial da região".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Suassuna sugere contrato temporário para trabalhador

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou projeto de lei propondo a criação do contrato individual e temporário de trabalho, com redução do pagamento de contribuições tanto do empregado quanto do empregador. O objetivo, conforme o senador, é ajudar a reduzir o desemprego, que aumentou desde o lançamento do Plano Real.

O projeto diminui de 8% para 4% o FGTS que a empresa tem de pagar para o empregado que aceitar o novo contrato. A contribuição para o INSS do empregador cairá de 20% para 10% e a empresa não terá de recolher as chamadas contribuições sociais - para o Sesi, Senac, Sebrae, Incra e outros. O contrato individual e temporário terá a duração mínima de quatro meses e a máxima de dois anos.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo
Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
 Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
 Freqüência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
 Freqüência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
 Freqüência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz
 Antena - 3,6 m
 LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
 Receptor de Vídeo/Audio Digital
 NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
 Integrated Receiver/Decoder (IRD)
 Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)
 Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
 Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Valmir rebate acusação e diz que vai entrar na Justiça

Senador chama reportagem da IstoÉ de "mentirosa" e promete abrir todas as suas contas bancárias para qualquer investigação

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) anunciou ontem que vai entrar na Justiça contra a revista *IstoÉ* e contra o jornalista Roberto Pereira de Souza por causa das acusações feitas contra ele em matéria publicada na edição desta semana.

De acordo com o senador, a reportagem, que ele chamou de mentirosa, se baseia numa carta em que o empresário José Roberto Di Francisco, que se encontra preso em São Paulo, pelo rombo de R\$ 157 milhões no Banco do Brasil, afirma ter doado R\$ 6 milhões à campanha de Valmir Campelo para governador do Distrito Federal, em 1994. Conforme a matéria, em troca, o senador teria pedido ao banco para facilitar a liberação de um empréstimo de mais de R\$ 150 milhões para o empresário.



Valmir Campelo

Valmir disse que vai adotar "todas as medidas legais e judiciais cabíveis para que se possa fazer justiça". O senador prometeu abrir todas as suas contas bancárias para qualquer investigação que se faça necessária. Destacou que "pode perder uma eleição, mas jamais sua dignidade e sua honra".

- Não admito que um elemento dessa natureza use uma carta de um prisioneiro, um condenado, com o objetivo de querer jogar lama na vida de alguém sério, de caráter. Se for "armação", não vão conseguir calar a minha boca - afirmou.

Valmir Campelo disse ainda, que o jornalista "foi um irresponsável, covarde e rasteiro". "Será que é esse o preço que pagamos para exercer a função pública?", indagou,

acrescentando que nem ele nem outro qualquer candidato de sua coligação - num total de oito partidos e mais de 100 candidatos - recebeu qualquer ajuda do empresário Di Francisco.

O senador informou que o Tribunal Regional Eleitoral pode comprovar seus gastos de campanhas que não chegaram a US\$ 3 milhões, porque não foram vendidos todos os bônus de campanha. Valmir encaminhou à Mesa do Senado um relatório com o nome de todos os colaboradores de sua campanha ao governo do Distrito Federal, para o conhecimento de todas as verbas.

Em aparte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), se solidarizou com Valmir Campelo, salientando que conhece a modéstia exemplar com a qual ele conduz sua vida particular e lembrando o trabalho de Valmir, como administrador, em três cidades-satélites do DF.

Regina Assumpção quer regulamentar destinação do dinheiro da venda da Vale

A senadora Regina Assumpção (PTB-MG) anunciou sua intenção de apresentar projeto de lei que fixa critérios para uso e repartição do dinheiro obtido pelo governo federal com a privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Ela pretende assegurar a aplicação dos recursos em obras de infraestrutura nos estados onde a Vale atua.

- Em 54 anos de exploração, a Vale tirou de Minas Gerais US\$ 21,6 bilhões em recursos naturais não renováveis. Minérios que saíram de Minas deixando no lugar crateras e problemas ambientais. É justo que o estado seja indenizado por

suas perdas - afirmou.

Regina ponderou que, se a Vale ao menos tivesse pago ICMS sobre a riqueza que extraiu do solo mineiro, sua contribuição poderia ter chegado a US\$ 6 bilhões. No entanto, a contribuição não passou de R\$ 8 milhões ao ano, por conta de um fundo de desenvolvimento dos estados onde a CVRD trabalha. "Ora, só a Fiat deixa por ano 50 vezes mais em ICMS ao estado."

Ela comparou a baixa contribuição da Vale a Minas Ge-



Regina Assumpção

rais com os elevados gastos da empresa com o fundo de pensão dos seus funcionários, o Fundo Valia, cujo patrimônio já chega a R\$ 10 bilhões. "Com o dinheiro resultante dos minérios de Minas, a

Vale vai continuar aposentando seus funcionários com benefícios acima de R\$ 2.000 por mês, enquanto o estado de Minas só consegue pagar R\$ 300 a uma professora. Por tudo isso, é justo que o estado de Minas seja indenizado por suas perdas", afirmou a senadora.



Joel de Hollanda

Hollanda cobra redefinição da política do álcool

A redefinição das linhas estratégicas do programa brasileiro de produção de álcool combustível foi defendida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), que alertou sobre o risco de o Brasil, com a atual política para o setor sucroalcooleiro, "atirar pela janela a oportunidade histórica de ser o fiel da balança, tanto do ponto de vista econômico e tecnológico quanto político, dos novos tempos e dos novos mercados dos combustíveis de biomassa".

Hollanda, apoiando-se em conclusões do seminário "O álcool e a Nova Ordem Econômica Mundial", realizado em Brasília, disse que inúmeros países vêm desenvolvendo programas de produção de álcool combustível não só para se protegerem das incertezas quanto ao petróleo, como para ocupar novos mercados que começam a se estruturar, ou atender às exigências ambientais das nações que lideram o mundo.

Iris estimula governo rumo ao equilíbrio entre regiões

Presidente não deve ceder às pressões contra o incentivo às indústrias nos estados menos desenvolvidos, alerta o senador

A interiorização do desenvolvimento é uma necessidade inadiável, mas, até agora, segundo afirmou o senador Iris Rezende (PMDB-GO), ela tem sido promovida mais pelo esforço e iniciativa de alguns governos estaduais do que pela adoção de estímulos por parte do governo federal. É por isso que, na opinião do senador, vem em boa hora o projeto de conversão da medida provisória que concede incentivos fiscais à instalação de indústrias do setor automotivo nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Iris Rezende disse que o presidente da República está sensível aos problemas dos desníveis regionais, como demonstra o Plano de Metas, recentemente divulgado, "mas ele não pode se deixar levar por pressões descabidas contra um projeto que apenas procura estimular os investimentos privados nos estados menos desenvolvidos".

A partir da segunda metade da década de 70 houve alguma desconcentração das atividades econômicas e o crescimento da participação de Goiás no Produto Interno Bruto, por exemplo, de 1,8% em 1980 para 3,3% em 1995, uma evidência registrada na revista *Exame* do último dia 14, salientou o senador. A arancada, explicou, começou em 1982, quando ele assumiu



Iris Rezende

o governo daquele estado e criou o Fomentar, um programa de incentivos fiscais para a industrialização, que continua sendo implementado pelo atual governador, Maguito Vilela.

- Goiás empresta 70% às empresas do ICMS devido, com

2,4% de juros ao ano e sem correção monetária. Naquela época havia apenas três distritos industriais em Goiás, hoje são 43, em diferentes fases de implantação - observou.

Iris, no entanto, preocupa-se com a constatação feita por alguns economistas, como Wilson Cano, do Instituto de Economia de São Paulo, que verificou uma tendência de reconcentração da atividade econômica em São Paulo. Entre 1990 e 1994, disse, para um crescimento de 9,2% da indústria de transformação no País, São Paulo registrou um aumento de 10,5%, uma diferença pequena, mas que poderia estar revelando a inflexão do processo de desconcentração, segundo o economista.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR LAURO CAMPOS

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>